



PRIMEIRO
MINISTRO

**DISCURSO DE
SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO
KAY RALA XANANA GUSMÃO**

**POR OCASIÃO DA SESSÃO DE ABERTURA DA
XIX CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA JUSTIÇA DA CPLP**

**“Combate às Fraudes Online (*scam online*): Proteção dos Cidadãos e Cooperação
Jurídica Internacional Perante uma Nova Criminalidade Transnacional”**

Díli, Timor-Leste
27 de outubro de 2026

Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores, Membros do Governo dos Estados
Membros da CPLP

Senhoras Embaixadoras e Senhores Embaixadores

Exmo. Senhor Representante da Senhora Secretária Executiva da CPLP

Exmo. Senhor Bastonário da Ordem dos Notários de Portugal

Senhoras e Senhores, Diretores-Gerais, Assessores e Delegados

Distintos convidados
Senhoras e Senhores,

É com muita alegria que o povo timorense recebe, em Díli, os Ministros (ou, neste caso, as Ministras), os Chefes de Delegação e outros representantes para esta XIX Conferência dos Ministros da Justiça da CPLP.

Em nome do Governo de Timor-Leste, dou-vos as mais calorosas boas-vindas. Àqueles que visitam o nosso país pela primeira vez, uma saudação particularmente especial.

É uma satisfação receber-vos em Díli, neste ano em que a CPLP celebra trinta anos de existência. Ao longo dos anos, os nossos povos construíram uma relação assente na língua, na história, na solidariedade e na cooperação. A vossa presença confirma a vontade de continuarmos a aprofundar esses laços, com respeito, amizade e trabalho em comum.

Desejo que encontrem em Timor-Leste o acolhimento de um povo que conhece profundamente o valor da solidariedade e que não esquece aqueles que estiveram ao seu lado, tanto nas horas mais difíceis da luta como nos momentos auspiciosos de construção do Estado e da Nação.

Permitam-me, também, recordar que esta Conferência regressa agora a Díli, depois do encontro realizado em 2015. É um regresso que nos honra e que confirma a importância deste espaço próprio de concertação na área da Justiça.

A Conferência dos Ministros da Justiça da CPLP é, hoje, um fórum permanente de cooperação, com identidade consolidada e com capacidade para dar continuidade às decisões ministeriais, traduzindo-as em mecanismos concretos de apoio às nossas instituições.

Excelências

Senhoras e Senhores,

Para Timor-Leste, a democracia e o Estado de direito representam escolhas fundamentais do nosso percurso. São escolhas feitas em momentos difíceis da nossa história, em que o nosso povo decidiu que a liberdade teria de caminhar lado a lado com o respeito pela lei, pela dignidade humana e pelas instituições.

E, no entanto, em Timor-Leste, o setor da Justiça, a par do setor da Educação, continua a colocar-nos desafios permanentes. A reforma da Justiça tem sido uma prioridade constante, apesar das fragilidades recorrentes que ainda enfrentamos. Uma sociedade que tem dificuldade em confiar na sua Justiça torna-se mais vulnerável a conflitos e, pouco a pouco, perde a confiança nas instituições que deveriam protegê-la.

E, apesar da urgência, construir instituições exige tempo, preparação e confiança. A Justiça participa nesse esforço quando protege os direitos, dá segurança às relações entre as pessoas e permite que cada cidadão seja ouvido.

A língua portuguesa ajuda-nos a estudar, a formar profissionais e a cooperar. Relaciona-se diretamente com a formação dos quadros da Justiça, com a circulação do conhecimento e com a cooperação entre instituições. Ao reunir esta Conferência, queremos que essa proximidade produza benefícios reais na vida das nossas populações.

É neste contexto que o tema que escolheram para esta XIX Conferência assume uma importância muito particular: o combate às fraudes online, a proteção dos cidadãos e a cooperação jurídica internacional perante uma nova criminalidade transnacional.

Por detrás de uma fraude há uma pessoa, uma família ou uma empresa que confiou. Pode estar em causa o dinheiro de muitos anos de trabalho e de poupança. Pode estar em causa um jovem que procura emprego e acaba numa situação de exploração.

Quando estas atividades são organizadas a partir de vários países, nenhuma autoridade dispõe, sozinha, de toda a informação de que precisa. O Estado tem de estar preparado para proteger, investigar e cooperar, com respeito pela lei e pela dignidade de cada pessoa.

O combate às fraudes online é, por isso, uma responsabilidade de proteção dos cidadãos e de proteção da confiança na economia. Uma transferência enganosa pode destruir num minuto o esforço de uma vida inteira. Uma promessa de emprego, recebida por mensagem ou por uma plataforma digital, pode ser a porta de entrada para o tráfico de pessoas ou para outras formas graves de exploração.

Timor-Leste enfrenta estes riscos. Estamos vulneráveis, mas estamos atentos.

A digitalização da economia, a presença crescente das nossas comunidades nas redes sociais e nas aplicações de pagamentos eletrónicos trazem oportunidades, mas também vulnerabilidades.

Temos consciência de que precisamos de consolidar a prevenção e a capacidade de resposta das nossas instituições. E queremos associar esta prioridade à execução das medidas nacionais de prevenção e combate ao tráfico de pessoas, porque muitas vezes as fraudes online e a exploração humana estão ligadas.

Excelências

Senhoras e Senhores,

Nesta sessão de abertura foi apresentado o filme “Ha’u-nia Tasi, Ha’u-nia Timor” ou “O meu Mar, o Meu Timor”.

O mar é fonte de vida. As comunidades que vivem dele sabem o que significa proteger os seus recursos e transmiti-los às gerações seguintes. O mar aproxima comunidades, alimenta famílias, integra a nossa identidade e o nosso futuro.

A mesma responsabilidade obriga-nos a cuidar das nossas fronteiras e a impedir que as ligações entre países sejam utilizadas para explorar pessoas ou para a circulação de bens e capitais de origem criminosa.

No território marítimo ou terrestre e no espaço digital, a cooperação entre instituições deve servir a segurança e a liberdade dos cidadãos.

Hoje, uma parte importante da vida da maioria das pessoas acontece no espaço digital. Seja para estudar, para trabalhar, para fazer negócios ou para falar com amigos ou com a família na diáspora.

Esse espaço não pode, no entanto, ser um território sem lei, onde as redes criminosas se movem mais depressa do que as instituições que têm o dever de proteger os cidadãos.

O trabalho desta Conferência assume aqui uma importância particular. A cooperação jurídica e judiciária entre os nossos países é fundamental para a definição de mecanismos que permitam às autoridades agir com mais rapidez e eficácia, partilhar informação essencial e preservar a prova necessária à investigação e à punição destes crimes.

Espero que os trabalhos de Díli ajudem as nossas autoridades a encontrar mais depressa o interlocutor certo noutros Estados, a preparar melhor um pedido de cooperação e a evitar que se perca informação indispensável.

Espero também que ajudem os cidadãos a reconhecer uma fraude e a saber onde procurar apoio.

O valor das decisões que tomamos mede-se pela sua aplicação. Por isso, devemos sair desta Conferência com prioridades claras, pontos focais bem definidos e um plano de avaliação determinado, que permita acompanhar os resultados ao longo do tempo.

Excelências

Senhoras e Senhores,

Ao falarmos de fraudes online, falamos também de documentos, de identidade e de confiança recíproca entre Estados.

A circulação segura de documentos está ligada aos percursos de estudantes, de famílias, de trabalhadores e de empresas. Cada certificado, cada diploma, cada registo que atravessa fronteiras representa um projeto de vida, um investimento na mobilidade e na confiança entre os nossos países.

Nesta perspetiva, Timor-Leste está a preparar a sua adesão à Convenção da Apostila. Trata-se de um passo importante para facilitar a vida das pessoas e das empresas, simplificando a autenticação de documentos públicos.

Um documento seguro e um procedimento mais simples e mais claro podem evitar deslocações, custos e atrasos a uma família ou a uma empresa. A preparação da adesão de Timor-Leste a esta Convenção irá ser acompanhada do trabalho necessário para que os serviços possam aplicá-la e os cidadãos compreendam como a utilizar. Queremos facilitar a circulação de documentos notariais, mas também preservar a confiança na sua autenticidade.

Caras e caros amigos,

Concretizar a nossa cooperação é assumir compromissos. É reforçar a coordenação entre os Ministérios da Justiça, as autoridades judiciais, as polícias criminais e as entidades reguladoras, para que a resposta às fraudes online não seja fragmentada, mas articulada.

É investir na formação dos nossos profissionais, facilitando a partilha de boas práticas, a circulação de decisões judiciais e a cooperação em matéria de prova digital.

É apoiar a educação digital dos nossos cidadãos, em especial dos mais vulneráveis e daqueles com menor literacia tecnológica

E é aprofundar a utilização da Rede de Cooperação Jurídica e Judiciária dos Países de Língua Portuguesa, garantindo que a informação é atualizada, que os pontos de contacto funcionam e que os pedidos circulam com rapidez e segurança.

Assumir estes compromissos é materializar os nossos valores e as nossas responsabilidades partilhadas. Proteger os nossos povos de uma nova criminalidade transnacional é uma forma concreta de reforçar os valores que nos unem.

Termino desejando a todos uma excelente continuação dos trabalhos desta Conferência.

Espero que estes dias em Díli reforcem a confiança entre as nossas instituições, para que estas protejam melhor os nossos cidadãos. Que a língua que partilhamos continue a aproximar os nossos povos e a dar força à cooperação, à democracia e à paz.

Com este espírito de responsabilidade partilhada e de confiança no futuro, declaro aberta a XIX Conferência dos Ministros da Justiça da CPLP.

Muito obrigado.

Kay Rala Xanana Gusmão